

--- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 7 DE SETEMBRO DE 2016 -----

--- LOCAL DA REUNIÃO – Salão Nobre dos Paços do Concelho. -----

--- A reunião teve início às dezassete horas e trinta minutos e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, o Sr. Presidente, Luís Manuel Abreu de Sousa, o Sr. Vice-presidente Silvino Lúcio e o Sr. Vereador António Amaral; pela CPFNT os Srs. Vereadores António Jorge Lopes e Maria João Canilho; pelo Grupo da CDU, o Sr. Vereador David Mendes; e o Sr. Vereador Herculano Valada Martins. -----

--- Secretariou a reunião o Chefe da Divisão Financeira, Ricardo Portela. -----

--- O Sr. Presidente deu início à reunião, apresentando todos os elementos do Executivo à AdAz (Águas de Azambuja), representada na reunião pelos Srs. Engenheiros Isabel Pires, Tiago Carvalho, Paulo Fonseca e João Marques. -----

-----ORDEM DE TRABALHOS-----

--- **Ponto Único – Plano de Investimento da Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais de Azambuja.** -----

---Interveio a Sra. Engenheira Isabel Pires, que apresentou, em “power point”, o Plano de Investimento da Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais de Azambuja, já enviado à Câmara e distribuído pelo Executivo (fazendo parte integrante desta ata), tendo terminado a sua apresentação dizendo que o investimento estava em linha com o valor previsto e perfeitamente enquadrado, abrangendo quatro freguesias. -----

--- O Sr. Vereador David Mendes argumentou, de acordo com a documentação apresentada, não ter dúvidas de que a solução colocava o município mais independente no domínio das “águas em alta”, mas ter algumas dúvidas em relação a quem é o proprietário da estação elevatória dos Casais da Areia, pois vinha mencionado no texto distribuído, em nota de rodapé, que a exploração, até 2012, era das Águas de Oeste mas, depois, afirma ser suportada pela Câmara de Azambuja, solicitando esclarecimentos quanto ao assunto. -----

--- Interveio o Sr. Presidente dizendo que estes custos do município nada terem a ver com um problema que existia com a conduta das Quebradas, que passa por baixo da EN, houvera já um rebenamento e a definição do problema ainda estava por resolver apesar das várias reuniões que tidas com a AdAz. A despesa com este rebenamento em Quebradas fora suportada pelo município para que a população não ficasse sem água. -----

--- Elucidou o Eng.º Tiago Carvalho que Casais da Areia era composta por duas infraestruturas distintas, uma, a de captação, que eram os furos, que pertenciam à Câmara mas que, presentemente, se encontravam consignados ao sistema em alta, (Águas de Oeste –AdO- e agora Águas de Lisboa e Vale do Tejo). Acoplado com os furos existia uma estação elevatória, também pertencente à Câmara e que a AdO explorara até 2012. O acordo que havia com a AdO era por incapacidade da mesma fornecer água ao Cercal, conforme previsto no seu contrato de concessão. Quando a AdAz arrancou com a concessão essa infraestrutura não lhes fora consignada nem fazia parte das infraestruturas que iriam transitar para a concessionária “em baixa” estando, à data, a ser explorada pela AdO. O que se pretendia fazer era transferir essa infraestrutura, nomeadamente ao nível das condutas, para a concessionária “em baixa”. Partindo da nova configuração do sistema em que o Cercal era o ponto de entrega principal às Águas de Lisboa e Vale do Tejo, o sistema passava a operar a partir do Cercal com origem em Castelo Bode, entregando água no Cercal à Águas de Lisboa e Vale do Tejo, que passavam a fornecer graviticamente água em Quebradas e em Alcoentre e fazer todo o serviço de percurso em baixa ao longo das condutas, acabando com as explorações indefinidas existentes. O que se pretende era que o furo continuasse concessionado à AdO, dado ser a empresa que tem operado a estação elevatória porque a instalação elétrica acaba por ser a mesma. Pretende-se acabar com um sistema elevatório que fornece água ao Cercal, a Quebradas e a Alcoentre e passar a utilizar um sistema, gravítico, com origem no Cercal - Castelo de Bode. O furo em si continuava a ser consignado à AdO e iria funcionar, numa eventualidade qualquer de não se conseguir meter água no Cercal e, assim, conseguiriam assegurar o abastecimento. -----

--- O Sr. Vereador David Mendes pediu para que lhe esclarecessem se os depósitos de 1500m³, seriam abastecidos pelo Cercal, a que o Sr. Eng.º Tiago Carvalho, respondeu que quem abastece os depósitos era sempre a entidade “em alta”. Em Alcoentre eram abastecidos pela entidade “em alta” a partir do furo existente junto aos Bombeiros. Em redundância, vão buscar água aos Casais da Areia metendo a conduta existente ao longo da antiga EN366 a funcionar. O que se pretendia era que este furo e o de Casais da Areia fossem furos redundantes ao abastecimento a partir de Castelo Bode, era esse o pressuposto do fornecimento em alta. -----

--- O Sr. Vereador David Mendes, referindo-se ao FA11, mencionou que da Zona Industrial de Aveiras e Vale Tábuas até ao Ponto do Sítio dos Poços onde terminava a rede sul do concelho a ligação seria feita

por tubagem de 125mm, pergunta se foram feitos estudos pelo município sobre a capacidade industrial daquela zona, sendo no entanto difícil de prever da zona poente da EN366 uma vez que existem já algumas indústrias com potencialidade para se avançar com mais. Poderia haver agora uma deslocação da Zona Industrial de Vale de Tábuas para sul/poente e se estaria assegurada a capacidade para a evolução de uma zona industrial, pelo que pergunta se colocaram esta hipótese ou se é possível reformular a proposta. A que o Eng.º Tiago Carvalho disse que o que fora apresentado era um estudo preliminar e iria evoluir para um projeto de execução onde as especificidades seriam estudadas com maior detalhe, mas que a origem do sistema que iria reforçar esse abastecimento correspondente ao FA11 iria reforçar o abastecimento de toda zona norte de Aveiras e Zona Industrial, que era feito a partir do reservatório de Alcoentre e, até ao início da zona industrial, existiria uma conduta de maior dimensão de modo a garantir a derivação para a zona industrial e assim garantir o seu abastecimento. A partir da zona industrial até Aveiras é que iria haver uma redução de diâmetro que funcionaria como um reforço da já existente, de forma a conseguir uma estabilização de caudais e de pressões. -----

--- O Sr. Vereador David Mendes afirmou perceber a explicação mas que, no seu ponto de vista, a zona industrial em Aveiras provavelmente não iria progredir no local onde estava mas, sim, mais a sul e achou ser mais proveitoso fazerem esta alteração só até ao Sítio dos Poços. A que o Sr. Eng.º Tiago Carvalho disse que estes ajustes podiam perfeitamente ser efetuados na fase de desenvolvimento do projeto. A ideia era reforçar o abastecimento a essa zona e retirar a pressão existente sobre os reservatórios de Vale do Paraíso e de Aveiras de Cima. -----

--- Continuando, o Sr. Vereador David Mendes que disse que não poder deixar de salientar que iriam colocar as Virtudes numa situação mais vulnerável porque não havendo reservatório, qualquer falha elétrica implicaria falta de água. Com a existência de uma falha sísmica no vale do Tejo a existência de um depósito seria uma segurança. Compreendia a razão pela qual havia necessidade de substituir as condutas nas propriedades privadas, designadamente em Vale do Paraíso e junto ao caminho sul, solicitando esclarecimento quanto a eventual acordo com proprietários. -----

--- O Eng.º Tiago Carvalho explicou que o documento existente se tratava de um estudo preliminar que ainda dar aso a um estudo prévio onde se iria avaliar do ponto de vista de funcionamento hidráulico em detalhe de todo este sistema: onde se podem verificar todos estes ajustamentos, onde há efetivamente consumos e quais seriam os pontos principais de consumo - devendo haver um projeto de execução, em detalhe, que correspondesse às diferentes fases de evolução do projeto. O projeto final era aprovado pelo município de acordo com o contrato. Relativamente à questão das Virtudes e do reservatório, pela configuração do sistema, Virtudes (ponto de entrega "em alta") tem que ser sempre objeto de fornecimento de forma pressurizada e com central elevatória, caso contrário só a zona baixa das Virtudes teria pressão suficiente. Em caso de falha elétrica poderia sempre ser colocado um gerador. De notar que o ponto de entrega de Virtudes era também o ponto de entrega que depois fazia a elevação para Casais da Lagoa donde, a central elevatória lá existente, que era explorada pela Águas de Lisboa e Vale do Tejo, ela própria já tinha uma reserva tendo um ponto de entrega e uma câmara de aspiração que era bombeado para os Casais da Lagoa, pelo que já há uma reserva naquele local. Há ainda a intenção de criar uma reserva para incêndios. Quando arrancaram com o sistema, Virtudes tinha percas acima dos 40%, já tinham sido feitas diversas obras para melhorar e hoje tinha na ordem dos 10%, pelo que o caudal médio diário que sai do reservatório ser da ordem dos 40 m³ e quando arrancaram de verão chegava aos 100m³/dia, daí a preocupação relativamente às reservas previstas e em criar reserva exclusiva para incêndios. Relativamente á questão de condutas em terrenos privados, a questão coloca-se por exemplo se o terreno fosse cultivado com vinha, onde o traçado da conduta é desconhecido, em situação de avaria da conduta não se consegue atuar, para além de ter de ser reparada a conduta, ter-se-ia também de criar condições de acesso à mesma, o que em situação de avaria os tempos de reparação tornam-se extremamente elevados, pelo que a ideia seria ter sempre as condutas em caminhos públicos por forma a ter a garantia de acesso. -----

--- Para finalizar a sua intervenção o Sr. Vereador David Mendes perguntou se a Adaz poderia avançar com uma previsão de calendarização para as obras e especialmente para a zona de abastecimento de Aveiras, ao que lhe foi respondido, pelo Eng. Tiago Carvalho, que a obra que estava estabilizada era o FB18, já licenciada pela antiga EP, mas que, com a criação do I.P. seria necessário proceder a um novo processo de licenciamento no qual já estavam a trabalhar, prevendo-se arrancar com a obra ainda este ano; quanto às outras obras, nomeadamente a FA01 e a FA11 estavam a iniciar os projetos com o projetista, sendo que a perspectiva era até final do ano ter os projetos completamente encerrados, iniciar os processos de licenciamento ainda este ano e ter o ano de 2017 para execução dessas obras, dando assim cumprimento ao objetivo de até final do ano de 2017 ter o Plano de Investimentos completamente concluído.-----

--- Tomou a palavra o Sr. Vereador Jorge Lopes dizendo que quase todas as questões que a CPFNT pretendia apresentar já tinham sido colocadas pelo Vereador David Mendes pelo que estava elucidado. Perguntou, em relação ao parecer da Hidra, o que já tinha feito a AdAz sobre o modelo hidráulico, quem é que o iria fazer e quando é que mesmo seria feito. Pediu que fosse entregue um cronograma dos quatro projetos e dentro dos vários projetos os vários loteis aí incluídos, assim como onde e quando a AdAz iria intervir em cada um desses processos. A que o Eng.º Tiago Carvalho disse que para o modelo hidráulico, fora utilizado um modelo simplificado mas, este seria escolhido no estudo prévio. O modelo hidráulico seria feito pela ENGIDRO, especialista nesta área. O cronograma seria apresentado com o projeto de execução, sendo que a revisão de tarifas respeitava a recomendação do Tribunal de Contas. -----

--- Não havendo mais a discutir eram dezoito horas e quarenta minutos quando o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião.-----

--- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelo Chefe da Divisão Financeira, Dr. Ricardo Portela, sob cuja responsabilidade foi elaborada. -----

